

A ética amorosa de bell hooks e a FAP: Interloquções entre feminismo negro e clínica comportamental

bell hooks' amorous ethic and FAP: Dialogue between Black feminism and clinical behavior analysis

La ética amorosa de bell hooks y la FAP: Interlocuciones entre el feminismo negro y la clínica conductual

Sayuri Miranda de Andrade Kuratani^{1,5}, Laís Maria Souza de Cerqueira^{2,5}, Luana Karina dos Santos Pereira^{3,5}, Raíssa Santos Monteiro da Silva^{3,5}, Ana Carolina Aires Mendes^{4,5}

[1] Universidade Federal do Recôncavo da Bahia [2] Universidade Federal da Bahia [3] Consultório particular [4] Universidade do Estado da Bahia [5] As autoras são membros do Grupo de Trabalho de Questões Raciais e Análise do Comportamento vinculado à Associação de Analistas do Comportamento da Bahia (Casa Comportamental) | **Título abreviado:** Interloquções entre bell hooks e FAP | **Endereço para correspondência:** Sayuri Kuratani – Serviço de Psicologia – UFRB – Rua do Cajueiro, 1015. Cajueiro. Santo Antônio de Jesus/Bahia | **Email:** sayurikuratani@gmail.com | **doi:** org/10.18761/VEEM.019.nov21

Resumo: O artigo é um ensaio teórico, que propõe articular os conceitos da FAP (*Functional Analytic Psychotherapy* – Psicoterapia Analítica Funcional) com a obra de bell hooks, especialmente o que a autora afro-americana teoriza como ética amorosa. O objetivo é apontar que esta literatura feminista negra pode ser um recurso teórico e terapêutico para auxiliar o desenvolvimento de habilidades interpessoais orientadas pela FAP. Para tal, discutimos como a subjetividade da população negra é conformada no Brasil e discorremos sobre o alto nível de sofrimento psíquico que se manifesta nessa população, em decorrência das violências sofridas. Por fim, apontamos caminhos que a clínica comportamental pode trilhar para construir uma prática competente ao atendimento de queixas relacionadas ao racismo e aprimorar habilidades terapêuticas que atendam às necessidades de grupos raciais não dominantes. Ressaltamos também que tais conhecimentos devem ser mobilizados para além da clínica, buscando generalizar os comportamentos que definem essa ética amorosa.

Palavras-chave: psicoterapia analítica funcional; bell hooks; análise do comportamento; amor; racismo.

Nota: Agradecemos aos professores do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia: Leonardo de Oliveira Barros e Yuri Sá Oliveira Sousa. Agradecemos também ao psicólogo clínico Sidarta Rodrigues e ao advogado Jonata Wiliam Souza da Silva por terem embarcado conosco nos caminhos do amor.

Declaramos que não possuímos conflito de interesses.

Declaramos que os cuidados éticos pertinentes a este estudo foram respeitados.

Abstract: This article is a theoretical essay which proposes to articulate FAP's (Functional Analytic Psychotherapy) concepts and bell hooks' theory, specially her discussion about love ethics. The goal is to point out that this piece of black feminist literature can be used as a theoretical and therapeutical resource to assist the development of interpersonal skills guided by FAP. For such, we discuss how black people's subjectivity is structured in Brazil, and the high level of suffering they have because of the racism. Finally, we indicate paths that the behavioral clinic can tread to build a competent practice in complaint handling/attendance related to racism and improve therapeutic skills that answer the needs of non-dominant racial groups. In addition, we emphasize that this knowledge must be mobilized to areas beyond the clinic, seeking to generalize the behaviors that define these love ethics.

Keywords: functional analytic psychotherapy; bell hooks; behavioral analysis; love; racism.

Resumen: El artículo es un ensayo teórico, que propone articular los conceptos de la FAP (Functional Analytical Psychotherapy – Psicoterapia Analítica Funcional) con el trabajo de bell hooks, especialmente lo que la escritora afroamericana teoriza como ética del amor. El objetivo es señalar que esta literatura feminista negra puede ser un recurso teórico y terapéutico para ayudar al desarrollo de habilidades interpersonales orientadas por la FAP. Para eso, discutimos cómo se configura la subjetividad de la población negra en Brasil y discutimos el alto nivel de sufrimiento psicológico que se manifiesta en esta población, como resultado de la violencia sufrida. Finalmente, señalamos caminos que la clínica conductual puede seguir para construir una práctica competente en el tratamiento de las quejas relacionadas con el racismo y mejorar las habilidades terapéuticas que atiendan a las necesidades de los grupos raciales no dominantes. Resaltamos también que dicho conocimiento debe incentivarse más allá de la clínica, buscando generalizar los comportamientos que definen esta ética amorosa.

Palabras clave: psicoterapia analítica funcional; bell hooks; análisis del comportamiento; amor; racismo.

Em nossa cultura cada pessoa costuma possuir uma definição própria de amor. Enquanto alguns usam esse termo como forma de mostrar afetividade por alguém – seja uma expressão familiar ou romântica –, outros utilizam-no como forma de resistência e combate à opressão.

Para bell hooks¹, o amor é a reunião de várias ações, como carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso, confiança, honestidade e comunicação. A feminista negra destaca o quão valioso é pensar no amor com comprometimento e intenção, pois torna possível que ele seja visto como ação – ou seja, que passemos a nos comportar de forma amorosa (hooks, 2000/2020).

A filosofia behaviorista radical possui uma visão semelhante quanto ao entendimento de que sentimentos são comportamentos, que se manifestam na interação entre o indivíduo e o seu ambiente social (Guilhardi, 2002). Para Guilhardi (2017), o amor pode ser compreendido como uma construção socioverbal, não sendo *um* sentimento, mas um conjunto de sentimentos, que tem sido associado a contingências de reforçamento positivo, tal como descrito por Skinner (1987, p. 296): “o que é o amor... a não ser um outro nome para o uso de reforçamento positivo...ou vice-versa”. Contudo, não há uma definição precisa sobre o termo, tornando-se dependente de uma análise funcional e da história de vida individual. Desse modo, não tentaremos conceituá-lo, mas apoiaremos as discussões seguintes utilizando como referência a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP – *Functional Analytic Psychotherapy*) e a importância que ela dá para as interações humanas e os processos clínicos mediados por sentimentos característicos de amor.

Tratando-se de relações interpessoais, dentro das terapias comportamentais contextuais, a FAP tem se mostrado potente para o desenvolvimento de vínculos terapêuticos, utilizando a relação terapêutica como fonte de mudança de comportamento

para ajudar o consulente² a desenvolver uma vida que lhe seja mais significativa e com relações socioafetivas mais saudáveis (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001). Um método de amplificar o desenvolvimento desse repertório, tanto para consulentes como para terapeutas, é o modelo ACL (*Awareness, Courage, Love* – Consciência, Coragem e Amor) – que será aprofundado posteriormente –, mas que propõe aplicar as regras da FAP utilizando uma linguagem acessível e amorosa, que seja capaz de aprofundar relações interpessoais na clínica.

Apesar de nossa cultura colocar o amor como uma questão central nas narrativas cotidianas (seja em filmes, novelas, músicas, livros), numa sociedade racista, que agride a comunidade negra de diversas formas cotidianamente, pessoas negras tendem a encontrar em suas trajetórias muito mais contextos de violência do que contextos amorosos.

Frequentemente pessoas negras crescem sendo violentadas por falta de acesso a uma vida minimamente digna (em condições de moradia, saúde, educação e lazer extremamente precarizadas), sofrem com a violência institucional que se manifesta muitas vezes através de violência policial, intensificada por políticas de guerra às drogas, expectativas de suspeição criminal em locais elitizados, dentre outras formas de hostilidade (Akotirene, 2018; Borges, 2019; Mizael & Sampaio, 2019; Piedade, 2017). Por meio de uma construção histórica de desumanização da população negra – cujos membros são postos como desprovidos de subjetividade (Pacheco, 2008) – pessoas negras muitas vezes passam a vida inteira sem ter direito a conhecer e cultivar o amor. Considerando esse contexto de vida aversivo, evidenciamos a importância do afeto direcionado à população negra como prática revolucionária e antirracista. Desse modo, buscamos articular os fundamentos da FAP com a obra de bell hooks, especificamente o que a autora defende como ética amorosa.

1 Escolha da autora Gloria Jean Watkins em escrever sob o pseudônimo bell hooks em letras minúsculas como forma de dar ênfase não à pessoa, mas ao que está sendo discutido (hooks, 1989/2019a). Citaremos dessa forma em respeito à filosofia de bell hooks.

2 O termo cliente proposto pela FAP possui uma forte conotação de prestação de serviços, por isso as autoras desse artigo adotam a utilização do termo consulente, que diz respeito a uma pessoa que busca pelo atendimento especializado em relação a certas questões, o que nos parece mais apropriado para descrever uma relação terapêutica.

A escolha pela teoria da intelectual afro-americana se dá pela compreensão da ética amorosa como um modo de se relacionar socialmente orientado pelo amor e pela construção de uma política que reúna ações coletivas de combate ao racismo, ao machismo e demais forças opressivas (Silva & Nascimento, 2019), dando espaço para a criação de vínculos e o fortalecimento de subjetividades não dominantes (não-brancas). hooks (2000/2020) apresenta o “amor” como uma estratégia de descolonização para uma vida mais libertadora, em que seja possível alcançar o bem-estar emocional individual e comunitário.

Skinner (1953/2003) e outros pesquisadores escreveram sobre as possibilidades de a Análise do Comportamento ser útil na superação de problemas sociais relevantes. Entretanto, a identificação e priorização do que consideramos problema no mundo é arbitrária, depende do que acessamos de informação sobre as realidades. Logo, identificamos o risco de intervenções comportamentais negligenciarem as relações raciais. Portanto, se faz inevitável a produção de conhecimento que construa interseção entre Análise do Comportamento e discussões voltadas a grupos sociais não-dominantes. Nesse cenário, a Análise do Comportamento vem aprimorando suas discussões ainda incipientes, contudo indispensáveis ao campo da psicoterapia e ao compromisso social proposto pela teoria skinneriana.

O presente artigo se trata de um estudo teórico, uma revisão narrativa da literatura, que tem como objetivo propor que a literatura feminista negra, produzida por hooks, possa ser um recurso teórico e terapêutico para o desenvolvimento de habilidades interpessoais para consulentes e terapeutas FAP, ao provocar uma reflexão sobre a possibilidade dessas habilidades serem orientadas por uma ética amorosa, antirracista e antipatriarcal.

Subjetividade da população negra e clínica analítico-comportamental hegemônica

Diversos estudos têm evidenciado que o racismo estrutural, sistema de hierarquia de poder no qual determinados grupos se sentem superiores em relação a outros (Akotirene, 2018; Almeida, 2019; Borges, 2019; Gonzalez, 1984; Kilomba, 2019;

Mizael & Sampaio, 2019; Pacheco, 2008; Tavares & Kuratani, 2019), é um mecanismo de opressão que traz um grande sofrimento à população negra brasileira. Pessoas negras têm maiores níveis de ansiedade, estresse crônico, transtorno de estresse pós-traumático e depressão em decorrência do racismo (Faro & Pereira, 2011; Graham, West & Roemer, 2015; Pieterse, Neville, Todd & Carter, 2011; Williams, Kanter & Ching, 2017). Apesar de tais evidências, questões relativas ao racismo têm sido pouco ou não abordadas por psicólogas³ de uma forma geral – o que é visível se notarmos a ausência de inclusão do fenômeno às teorias e a falta de contextualização racial no *setting* terapêutico.

Não são raros os relatos dos consulentes que vivenciaram situações de opressão⁴ onde os perpetradores da violência foram as psicoterapeutas, seja por realizarem comentários explicitamente racistas (bem como sexistas, transfóbicos, religiosos, etc.), seja por deslegitimarem ou invalidarem o sofrimento do consulente ao reagir a um relato como “Eu sofro por causa do racismo” respondendo frases do tipo “Não existe racismo no Brasil”. Violências como essas já haviam sido denunciadas pela intelectual brasileira Lélia Gonzalez (1984, p. 226): “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano”.

Disso decorre o fato de que muitas psicólogas desconhecem os efeitos do racismo em seus consulentes negros, o que pode levá-las a incorrer no erro de patologizar um sofrimento que é fruto desse contexto de violência. Não raro, pessoas negras são rotuladas como “paranoicas” ao relatarem que estão sendo perseguidas ou que se sentem inferiorizadas pelas pessoas em seu entorno (Tavares & Kuratani, 2019). Fazer um diagnóstico como esse, centralizar o problema no indivíduo e colocar sua queixa como fantasia é mais uma forma de perpetrar o racismo, além de produzir mais violência em um contexto que deveria ser de acolhimento e apoio ao enfren-

3 Segundo o livro *Quem é a psicóloga brasileira? – Mulher, Psicologia e Trabalho* (2013) organizado por Louise Lhullier e publicado pelo Conselho Federal de Psicologia, 88% dos profissionais de Psicologia são mulheres. Desse modo, adequamos à linguagem de gênero pertinente a este artigo.

4 Conforme a denúncia realizada pela Revista Uol: *Após trauma na terapia, negros buscam psicólogos da mesma cor* (Bernardo, 2020).

tamento dessas questões. Como argumenta hooks (1984/2019b), se não conseguirmos enfrentar a dominação nas relações em que há cuidado, não seremos capazes de acabar com a dominação nas relações institucionalizadas de poder.

Uma das premissas que sustentam a Análise do Comportamento é a relação de controle que é estabelecida entre variáveis dependentes e independentes, ou seja, são as variáveis ambientais/contextuais e as variáveis comportamentais. Para Skinner (1953/2003) essa relação de controle existe mesmo quando não estamos conscientes das suas causas e efeitos. Sidman (1989/2009) aponta o uso de punição ou ameaça de punição por meio das agências controladoras para que as pessoas se comportem de uma dada maneira, o que significa que as relações sociais operam sob o uso recorrente de controle coercitivo. Esse tipo de controle possui efeitos colaterais, e para a população negra eles são ainda mais significativos, pois em última instância resultam em políticas de morte.

Assim, as agências de controle podem ser entendidas como estruturas sociais (formadas por indivíduos e organizações) que manipulam determinados comportamentos e variáveis, através de contingências de reforçamento e punição. O governo, religião, psicoterapia, economia e educação foram as agências exploradas por Skinner (1953/2003), devido ao sucesso na forma como operam, principalmente sobre o modo como estabelecem práticas de controle e poder. Sendo assim, a psicoterapia não está fora dos contratos estabelecidos socialmente, ainda que alguns profissionais que a manejam se isentem de analisar os estruturantes sociais que organizam a vida dos sujeitos que sofrem no consultório. Essa realidade tem sido frequentemente experimentada por pessoas negras durante as sessões de psicoterapia, o que constitui inclusive uma infração ética, levando em consideração o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), em seus princípios fundamentais:

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código. (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7).

Mesmo assim, psicoterapeutas que carregam a marca histórica da hegemonia branca seguem em função de suas histórias de vida, regadas em sua maioria a privilégios e poder, e externalizam (de forma consciente ou não) valores particulares. Tal fato fica mais evidente ao tensionarmos que a Análise do Comportamento tem como base o modelo selecionista de comportamento calcado no tripé filogênese, ontogênese e cultura, entretanto vem negligenciando o fator cultural nas temáticas de relevância social. Destarte, enquanto analistas do comportamento, podemos reconhecer que o fato de um indivíduo ter acesso a reforçadores importantes e diferenciados conforme o grupo social hegemônico ao qual pertence (no contexto brasileiro: ser homem cis, branco, heterossexual e cristão) opera de maneira muito mais potente do que o conhecimento sobre determinadas regras e variáveis culturais existentes (Nicolodi, 2020; Nicolodi & Arantes, 2019; Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010).

Desconhecer o racismo e seus efeitos, estando dentro de uma cultura racista, potencializa a probabilidade de que a terapeuta cometa as chamadas microagressões raciais, que são agressões verbais ou não-verbais cometidas contra grupos étnicos não-dominantes, de forma consciente ou inconsciente, com ou sem o intuito de ofender e humilhar (Williams, Kanter & Ching, 2017). Neste sentido, mesmo um olhar lançado a uma pessoa negra pode expressar racismo, ainda que o autor do ato não esteja consciente do próprio comportamento.

No artigo *Intersectionality and Research In Psychology*, a psicóloga Elizabeth Cole (2009) informa sobre a recente preocupação das psicólogas no tocante às questões de raça/etnia, gênero, classe social e sexualidade; evidencia, no entanto, como poucas pesquisas têm sido realizadas acerca da articulação dessas categorias sociais. A analista do comportamento Laís Nicolodi (2020) caminha na mesma direção e defende a investigação das categorias sociais de gênero, raça e classe nas contingências de reforçamento, para que seja possível uma intervenção social eficiente por meio do planejamento de políticas públicas.

Martins, Lima e Santos (2018) chamam atenção para o fato de existirem poucos estudos que relacionem as microagressões raciais com a saúde mental de mulheres negras (pardas e pretas), mais especifi-

camente. Isto porque a variável gênero exerce uma importante influência na subjetividade humana, de modo que as experiências de mulheres negras e de homens negros são muito diferentes, apesar da variável racial trazer sofrimento a ambos. Conforme evidenciam os autores, enquanto os homens negros estão mais suscetíveis à violência policial e à criminalidade, as mulheres negras estão mais propensas a sofrer violência doméstica, relações abusivas e violências sexuais como assédio e estupro (Akotirene, 2018; Borges, 2019; Mizael e Sampaio, 2019).

O Brasil é um país planejado para conceder privilégios a uma minoria em termos quantitativos. Em razão disso, a pesquisadora Carla Akotirene (2018) no livro “O que é interseccionalidade?” levanta a necessidade de se atentar aos atravessamentos das múltiplas avenidas identitárias confluindo e incidindo sobre o mesmo indivíduo. A partir desse olhar interseccional é possível identificar as violências sistemáticas e contínuas que as mulheres negras sofrem, e de que forma essas violências afetam sua subjetividade.

As violências contra pessoas negras foram perpetradas imbuídas na ideia da cultura europeia hegemônica, que no primeiro momento postulou a animalização de pessoas negras, e depois da dita “abolição da escravatura” pôs em curso o apagamento do processo histórico de identidades não-brancas, produzindo a falsa narrativa de subjetividade humana universal. Tal discurso considerava, portanto, que não haveria necessidade de pautar diferenças de raça e classe que foram estabelecidas historicamente entre mulheres brancas e negras – de modo que a realidade de mulheres negras vem sendo invisibilizada (Akotirene, 2018; Borges, 2019; Mizael, 2019; Piedade, 2019).

É no corpo negro que evocam as representações raciais negativas. Os cabelos encaracolados ou crespos, lábios grossos, nariz achatado e pele retinta são traços da negritude marginalizados na sociedade que se espelha no padrão normativo de beleza da branquitude (Borges, 2019; Gonzalez, 1984; Kilomba, 2019; Pacheco, 2008). Destinam como elogios a pessoas negras frases como: “você é uma negra bonita”, “você é negra, mas tem traços finos”, ou seja, “elogios” que giram em torno de diminuir a forma como o outro existe no mundo. Uma das implicações desse desvio da hegemonia

branca é o preterimento afetivo de mulheres negras (Akotirene, 2018; Gonzalez, 1984; Pacheco, 2008; Ribeiro, 2019). Na medida em que as escolhas afetivas ocorrem a partir da pigmentação da pele, quanto mais preta, maior será a dificuldade de mulheres negras serem escolhidas para relacionamentos íntimos. Para as mulheres negras é negado o convite, o desejo, a escolha de se envolver em uma história de amor. A solidão assombra as mulheres negras (Gonzalez, 1984; hooks, 2000/2020; Pacheco, 2008; Ribeiro, 2019).

Uma das possíveis explicações para a dificuldade de pessoas negras de construir vínculos saudáveis ou abandonar relacionamentos abusivos é a educação parental e/ou informal, a exemplo de quando as crianças negras são ensinadas desde a infância a tolerar violência e nomeá-la como amor (hooks, 2000/2020). Tradicionalmente meninas aprendem que os meninos gostam delas quando lhes puxam pelo cabelo ou lhes agarram com força pelo braço; meninas devem aceitar as flores pelo pedido de desculpas; se os cuidadores batem é para o bem estar dessa criança; se fragilizam os adolescentes oscilando entre momentos de risos e apontamentos de fracasso é para formar adultos responsáveis (hooks, 1984/2019b; 1989/2019c; 2000/2020). Vivemos em uma estrutura social na qual homens devem performar violência para afirmação da própria identidade masculina, e mulheres devem acolher, aceitar, perdoar e transformar o homem em questão. Essas violências patriarcais contribuem para minar a autoestima de mulheres negras. Quando a vida é permeada por pouco ou nada de amor, “o que cai na rede é lucro”. As mulheres negras tendem a sofrer maior privação social, além de comumente aprenderem que merecem pouco, estando mais suscetíveis a aceitarem e se conformarem com qualquer tipo de relacionamento amoroso que conseguirem estabelecer, mesmo aqueles em que há violência (hooks, 1984/2019b). Nesse ponto, ressalta-se que, para hooks (2000/2020), um relacionamento amoroso não refere-se apenas a relações românticas, mas também a relações com a família, com amigos e com a comunidade. Para a autora, “amar bem é a tarefa em todas as relações significativas, não apenas nos laços românticos” (hooks, 2000/2020, p. 170).

Além disso, as mulheres negras sofrem com o fenômeno da infantilização (Akotirene, 2018; Gonzalez, 1984; Kilomba, 2019), pois tiveram o direito de falar por si mesmas historicamente negado, independente da faixa etária. Essas mulheres são conformadas socialmente como incapazes de produção intelectual. Em decorrência disso, costumam ser questionadas sobre suas falas, opiniões, posicionamentos nos relacionamentos afetivos, acadêmicos, no trabalho e/ou na própria psicoterapia. Para a filósofa Djamila Ribeiro (2019), se ocorre convivência somente com uma única classe social, passamos a acreditar que somente aquele grupo tem capacidade para cargos específicos, o que corrobora para o sentimento de inadequação, de não pertencimento de pessoas negras, mesmo quando galgam posições de poder. A autopercepção que se afirma é de ser uma fraude – o que tem sido nomeado como “síndrome do impostor”. Esses atravessamentos resultam em diferença, desigualdade e sofrimento.

Outra violência direcionada a sujeitos negros é o discurso da meritocracia (Mello & Moll, 2020), na qual supostamente as pessoas estariam em igualdade de condições e, portanto, a população negra deveria apresentar os resultados semelhantes à população branca em termos de estabilidade acadêmica, profissional, econômica, amorosa, etc. Se pessoas negras por vezes não correspondem a tais expectativas é porque elas não são suficientes – segundo parâmetros da hegemonia branca. Tal discurso desconsidera o contexto restrito de acesso aos recursos e as violências em curso (Akotirene, 2018; Almeida, 2019; Borges, 2019; Mizael & Sampaio, 2019; Piedade, 2017). Sempre haverá um único exemplo preto de sucesso para ser usado de argumentação por pessoas brancas: “se João conseguiu você também consegue”, “precisa se esforçar mais” – afinal de contas para o senhor branco, o preto é sempre preguiçoso. Segundo Ribeiro (2019), há uma romantização e naturalização das dificuldades enfrentadas por pessoas negras.

O Brasil é um país que se organiza de forma desigual, instituindo privilégios para grupos hegemônicos e marginalizando outros grupos a partir da negação de direitos fundamentais, como direito à vida. Há políticas estruturais em curso para a dizimação da população negra. O genocídio da população negra aconteceu ontem e é problema de hoje

(Akotirene, 2018; Almeida, 2019; Borges, 2019; Mizael & Sampaio, 2019). Para Akotirene (2018), enquanto mulheres brancas temem que seus filhos sejam cooptados pelo patriarcado, mulheres negras temem que seus filhos sejam assassinados pelas necropolíticas estatais. Entendemos que ocorre uma negação para que mulheres negras maternem seus filhos, seja por serem responsáveis pelo cuidado parental dos filhos das mulheres brancas, seja porque seus filhos podem ser executados a qualquer momento pela invasão de um camburão na favela sob a justificativa de guerra ao tráfico de drogas.

A filósofa Vilma Piedade (2017), no livro *Dororidade*, em bom e pleno pretuguês⁵ escreve o seguinte:

É isso, mas não é simples assim, *pro* feminismo, *pra* sociedade brasileira! *Pra* ser Dialógico Interseccional, o Feminismo precisa mudar ainda mais a cor, ficar mais preto. São muitos tons de Pretas. Entender por que razão determinados grupos estão mais expostos a trabalhos mais pesados, doenças, moram em bairros periféricos, acessam menos serviços, recebem salários menores, possuem baixa escolaridade ou, às vezes, nenhuma. (Piedade, 2017, p. 24) (itálico da autora).

No atendimento clínico para mulheres negras, portanto, é preciso levar em consideração diversos fatores que não atravessam as vivências de mulheres brancas. Em decorrência dessas vivências, muitas mulheres negras experimentam uma sensação constante de desconfiança, o que dificulta o estabelecimento de um vínculo terapêutico, principalmente se a terapeuta for branca (Tavares & Kuratani, 2019). Compreender essa dimensão é fundamental para realizar uma condução terapêutica adequada e verdadeiramente acolhedora.

5 Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), Lélia Gonzalez argumenta que pretuguês é linguagem brasileira construída a partir da estrutura social racista, onde mulheres negras: a “mãe preta”, a “bá” foram as responsáveis pelo cuidado parental das crianças brancas, o que possibilitou a transmissão dos valores africanos para a cultura brasileira. Vilma Piedade (2017) retorna a crítica de González para explorar o vínculo que liga as mulheres negras, a dor. O livro *Dororidade* é escrito em linguagem pretuguês.

Alguns estudos têm evidenciado que uma noção de pertença e identidade social é um importante preditor de melhora na saúde mental e na autoestima de pessoas negras (Faro & Pereira, 2011; Martins, Lima & Santos, 2018). Os autores argumentam que se por um lado a consciência das opressões de gênero e raça possibilita o reconhecimento das microagressões que ocorrem no cotidiano – o que pode ocasionar uma piora na saúde mental de quem percebe que está sendo alvo de violências –, por outro lado pode fornecer importantes estratégias de enfrentamento das opressões, o que inclui a compreensão de que o problema não está com sua imagem, e sim com o sistema opressor. Nesse sentido, tendo em vista as possíveis melhorias na saúde mental e na autoimagem de mulheres negras que se reconhecem enquanto grupos minoritários e fortalecem-se mutuamente, defendemos aqui a necessidade de que o fomento à conscientização das opressões estruturais ocorra dentro do contexto terapêutico. Para tal, propomos a interlocução do pensamento da feminista negra bell hooks e seus estudos sobre amor, gênero e raça associado aos fundamentos da Psicoterapia Analítica Funcional.

Psicoterapia Analítica Funcional (FAP)

Conceitos e regras da FAP

A FAP é um modelo de psicoterapia comportamental baseado na filosofia behaviorista radical que foi sistematizada por Kohlenberg e Tsai (1991/2001). Apresenta como foco a produção de mudança durante a sessão clínica, tornando assim, a relação terapeuta-consultante um aspecto central da sua prática.

Um dos principais conceitos dessa terapia são os comportamentos clinicamente relevantes (CCR) do consultante, que são comportamentos que ocorrem durante a sessão. A observação e intervenção destes pela terapeuta, no momento em que ocorrem, conduzirão o processo terapêutico. Os CCRs podem ser: comportamentos-problema – CCR 1; comportamento de melhora – CCR 2 ou interpretação do consultante sobre seus comportamentos – CCR 3⁶.

Do mesmo modo, existem os comportamentos-problema e os de melhora da terapeuta que ocorrem na sessão, e são denominados como T1 e T2, respectivamente. A FAP inicia um movimento de vanguarda nas terapias comportamentais ao sistematizar a função dos comportamentos da terapeuta no processo clínico, partindo do pressuposto de que tais comportamentos vão interferir na emissão dos CCRs do consultante e afetar, conseqüentemente, os resultados da terapia. Assim, tanto a terapia ou a supervisão em FAP pretendem aumentar a sensibilidade da terapeuta em identificar as suas habilidades e dificuldades interpessoais, desenvolvendo processos de aprendizagem dentro e fora da sessão – para consultantes, terapeutas e supervisores. Nessa sistematização, Kohlenberg e Tsai (1991/2001) desenvolveram cinco regras orientadoras para o exercício da FAP e que nos ajudam a entender quais os seus fundamentos e a sua proposta.

A regra 1 é observar os CCRs. Essa é a regra fulcral da FAP, pois tomada a consciência dos CCRs, a terapeuta pode estar atenta às suas próprias reações em relação aos comportamentos do consultante, e assim avaliar se sua reação será para reforçar, punir ou extinguir tais comportamentos (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001). A regra 2 descreve que os CCRs devem ser evocados e conseqüenciados pela terapeuta, sobretudo CCRs 2. Ainda assim é comum que CCRs 1 sejam evocados, o que demandará da terapeuta tentativas de diminuir suas ocorrências, ao mesmo tempo em que se mantém atenta para evocar melhoras (Hartmann, Oshiro & Vartanian, 2018).

A regra 3 é reforçar o CCR 2, promover contingências que aumentem a probabilidade de ocorrência dos comportamentos de melhora. Kohlenberg e Tsai (1991/2001) ressaltam o papel do reforçamento natural nesse processo, alertando que o uso de reforçamento arbitrário deve ser utilizado com parcimônia e de modo transitório até que se consiga estabelecer o uso de reforçadores naturais. Na regra 4, é importante que a terapeuta esteja atenta aos efeitos reforçadores ou punidores do seu comportamento com relação aos CCRs do consultante. Regra base para o processo clínico, ela reafirma a necessidade da terapeuta estar presente, observan-

6 O CCR 3 foi descrito neste artigo conforme a referência citada (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001), contudo, em publicação

mais recente, Holman, Kanter, Tsai e Kohlenberg (2017) categorizam os CCRs em dois tipos apenas: o CCR 1 e o CCR 2.

do suas reações e as consequências delas. Essas observações serão muito úteis para uma análise dos comportamentos da terapeuta e como estes se relacionam com a conceitualização do caso e os objetivos terapêuticos.

A regra 5 discorre sobre a terapeuta oferecer ao consulente interpretações comportamentais que afetem seus comportamentos. Descrever relações funcionais, possibilitando ao consulente observar as variáveis que controlam seu comportamento é um processo clínico relevante que essa regra busca promover. É preferível que as relações funcionais descritas possam ser de CCR, ou até mesmo que especifiquem variáveis que ocorrem na sessão e fora da sessão, construindo paralelos que sinalizem uma possível generalização (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001).

Observa-se que na proposta da FAP, portanto, deve-se buscar fazer a modelagem dos comportamentos de melhora do consulente na própria sessão clínica, o que se consegue por meio de reações naturais da terapeuta aos CCRs, pois reações mais naturais tendem a ter um efeito reforçador intrínseco quando se trata de interação entre pessoas, além de ocorrerem no intervalo mais curto possível entre a resposta do consulente e a consequência dada pela terapeuta (Vandenberghe & Pereira, 2005). Isso significa que os comportamentos da terapeuta devem ser genuínos, provocando o desenvolvimento de uma relação que seja verdadeira e íntima, à medida que terapeuta e consulente experimentam as sensações de estarem presentes e conectados aos processos que ocorrem no *setting* clínico.

Um outro pressuposto importante da FAP é que grande parte das psicopatologias existentes possuem relação com o desenvolvimento de relações interpessoais, tanto em termos de causa como de tratamento (Baruch et al., 2011), o que mostra a importância do desenvolvimento de uma relação terapêutica que seja genuína e íntima, e que tal repertório possa ser generalizado para outros ambientes do consulente.

Algumas condições são necessárias para que o processo de intimidade se estabeleça, dentre elas comportamentos de autorrevelação e responsividade (R. Kohlenberg, B. Kohlenberg, & Tsai, 2011), que serão decisivos para a qualidade dessa relação. É interessante ressaltar que a autorrevelação pode

ocorrer pelas duas vias: da terapeuta e do consulente. A possibilidade dessa relação ser bidirecional torna-a semelhante às demais relações do consulente, constituindo uma aliança terapêutica que não se funda pela impessoalidade e pelo distanciamento emocional da terapeuta, características popularmente atribuídas a psicoterapeutas.

A autorrevelação pode funcionar também como validação, principalmente através do relato de experiências emocionais da terapeuta que são semelhantes às relatadas pela consulente, o que pode amplificar a sensação de compreensão e a aceitação de sentimentos difíceis por parte da consulente (Moriyama, 2012), além de estreitar o vínculo de intimidade na relação terapêutica. Contudo, é importante destacar que a autorrevelação não ocorre de forma arbitrária; é uma estratégia que deve estar de acordo à conceitualização do caso, passando por uma avaliação em relação à pertinência, ao momento e à frequência, bem como às possíveis funções e consequências da revelação para o processo (Peterson, 2002). Moriyama (2012) alerta que uma grande quantidade de autorrevelações da terapeuta ou falas que indiquem comparação podem ser muito aversivas e invalidantes para alguns consulentes.

Intimidade e amor na FAP

Intimidade é definida em nosso entendimento comportamental por repertório interpessoal que envolve a revelação dos pensamentos ou sentimentos mais profundos, e que em geral resulta em uma sensação de conexão, apego e proximidade com o outro (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001). A construção de relacionamentos de intimidade implica necessariamente em vulnerabilidade, o que para a pesquisadora Brené Brown (2012/2016) significa incerteza, correr riscos e exposição emocional. A vulnerabilidade se apresenta em diferentes topografias e nos mais variados contextos, seja quando expressamos uma opinião impopular, pedimos ajuda ou admitimos amar alguém; no trabalho, com a família ou parceiro amoroso. Segundo bell hooks (2000/2020), nós não somos capazes de amar se permanecermos apegados ao poder. Para ambas as autoras, estar vulnerável é estar exposto numa relação.

Cada expressão de intimidade é caracterizada pelo risco, ou seja, a possibilidade de cen-

sura ou punição do comportamento pelo outro (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001). Sendo assim, é importante compreender as diferentes histórias e marcadores sociais que incidem sobre os indivíduos e observar cuidadosamente os comportamentos vulneráveis daqueles que têm ou tiveram um histórico envolvendo invalidação, abuso e rejeição, já que em muitos desses casos, comportamentos de revelar-se foram extremamente punidos ou consistentemente não reforçados.

Ainda sobre esse tema, destacamos que o estudo acerca da formação do *Self* tem sido também desenvolvido pela FAP. Entende-se o *self* como “uma especificação dos estímulos controladores da resposta verbal ‘Eu’” (Kohlenberg & Tsai, 1991/200, p. 141). Esse “senso de si mesmo” tem sido compreendido como resultante de aprendizagem dos processos verbais iniciados nos primeiros estágios de desenvolvimento infantil. Os estudos sobre *Self* têm demonstrado que compreender a sua constituição pode ser um caminho relevante para dar luz a alguns repertórios interpessoais problemáticos e/ou patológicos (Ferro-García & Valero-Aguayo, 2017; Sadi, 2011; Souza & Vandenberghe, 2005). É indicativo que quanto mais respostas verbais de “Eu” sob controle privado existirem, maiores as chances de o indivíduo experienciar o seu senso de si mesmo de forma mais estável e saudável (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001). De modo inverso, se o senso de si mesmo estiver mais sob controle público, mais problemática será a experiência de si, o que implicará diretamente em seus relacionamentos interpessoais (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001).

As respostas verbais de “Eu” são aprendidas ao longo do desenvolvimento da criança, tornando-se mais complexas com o tempo. Uma resposta verbal relacionada a controle privado está mais sob controle de estímulos internos, e as respostas sob controle público mais relacionadas ao ambiente (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001). Tomemos como exemplo uma jovem que chega ao consultório descrevendo ter dificuldades para escolher roupas para comprar. Ela compra apenas na presença da sua mãe, e é levada a adquirir as peças que sua mãe aprova. Podemos dizer que, grosso modo, o comportamento da jovem na loja com a sua mãe está mais sob controle do público (aprendeu a evitar críticas da mãe atendendo às necessidades da mesma),

em detrimento de um comportamento controlado por respostas privadas do tipo “Eu quero”, “Eu gosto”. Se essa mãe, ao invés de ensinar a filha a estar sob controle dos desejos dela, reforçasse comportamentos da filha de explorar o ambiente, experimentar as roupas e avaliar como está se sentindo diante delas, provavelmente isso fortaleceria o repertório de controle privado da jovem, o que aumentaria contextos para um senso de si mais fortalecido.

Um modelo importante a ser descrito nesse trabalho é o ACL, em inglês: *Awareness, Courage, Love*. Consciência, Coragem e Amor são os termos que foram definidos para apresentar a FAP de um modo mais acessível para a comunidade de terapeutas e público-geral. Apesar de serem conceitos pouco precisos para a própria teoria, tais definições sinalizam um tipo de abordagem clínica sensível aos processos que estabelecem intimidade nas interações interpessoais. Explicados em associação com as regras da FAP e com os conceitos básicos de Análise do Comportamento, estas definições podem facilitar a prática da terapeuta e contribuir para a disseminação da teoria (Hartmann, Oshiro & Vartanian, 2018). Além disso, esses termos podem auxiliar a terapeuta na sua relação com o próprio trabalho e a vida pessoal, na medida em que revê e atualiza os seus valores e suas relações interpessoais de um modo geral.

Em paralelo com as regras da FAP, vemos que a Consciência relaciona-se com as regras 1 (observar) e 4 (estar atento aos efeitos do seu comportamento no consulente), indicando comportamentos de atenção e discernimento dos CCRs; Coragem com a regra 2 (evocar CCRs), o que demanda comportamentos de exposição e intimidade do consulente e também da terapeuta; E o Amor está mais próximo da regra 3 (reforçar comportamentos de melhora), já que esta regra prediz uma relação íntima e genuína na qual a terapeuta possa reforçar naturalmente os CCRs 2 do consulente e que esses, por sua vez, sejam reforçadores para a terapeuta (Hartmann, Oshiro & Vartanian, 2018).

Para Kanter, Holman e Wilson (2014), Amor é um termo de nível médio; este tipo de termo reúne várias relações verbais em uma definição que se mostra ser mais cognoscível. Os autores citados acima argumentam que um termo de nível médio não possui uma precisão comportamental tal

como os conceitos básicos da Análise Experimental do Comportamento, mas por outro lado tem uma utilidade pragmática que acessibiliza a teoria e colabora para a sua disseminação.

Segundo Vandenberghe (2017), o amor terapêutico pode significar a retenção do reforçamento que não beneficiaria o consulente, ou quando a terapeuta reforça uma melhora do consulente, mesmo que seja incômodo para ela. Podemos concluir que amor relaciona-se com o reforçamento do comportamento de melhora e ainda que não seja indicado reforçar comportamentos-problema, é importante que quando emitidos, a terapeuta possa ter um repertório característico de empatia e acolhimento com o consulente e com a história de vida que produziu tais comportamentos (Hartmann, Oshiro & Vartanian, 2018), aumentando as chances da relação terapêutica tornar-se mais íntima, vulnerável e reforçadora para ambos os indivíduos.

Muñoz-Martínez e Follette (2020) trazem algumas limitações com relação ao uso do amor na terapia FAP, argumentando que o termo vincula-se ao reforço positivo, não havendo correspondência com outros processos básicos, como punição ou extinção, que são fundamentais para a melhora do consulente. Desse modo, segundo os autores, o termo não se apresenta como suficiente para descrever uma mudança terapêutica, uma vez que não abrange a complexidade das respostas contingentes que ocorrem no processo clínico.

As limitações apresentadas por Muñoz-Martínez e Follette (2020) são legítimas e acreditamos que as terapeutas FAP devem buscar refletir sobre tais questões. Nesse sentido, advogamos que o amor dentro da clínica possa também ser exercício da ética profissional e da coerência e respeito aos consulentes e às suas histórias de vida.

Contribuições da FAP para a diminuição do racismo contra a população negra

Como descrito anteriormente, o foco da FAP está no “aqui e agora” – a característica mais importante que torna um problema adequado à FAP é que ele possa ocorrer durante a sessão (Tsai, Kohlenberg, Bolling & Terry, 2011). Porém, isso não exime temas sociais ou atitudes consideradas polêmicas ou sensíveis, pelo contrário, os torna indispensáveis.

Nessa direção, os autores da FAP ao elaborar o que chamam de *Green FAP*, implicam-se em um importante movimento de preocupar-se com valores relacionados à consciência social, justiça social, sustentabilidade e modelos alternativos de democracia (Tsai, Kohlenberg, Bolling & Terry, 2011), inaugurando os primeiros compromissos da FAP com uma mudança social. Para Fideles e Vandenberghe (2014, p. 21), a *Green FAP* está sendo utilizada “quando há atenção declarada nos valores pessoais e no aumento de consciência social de consulente e terapeuta”.

Nesse sentido, podemos citar o livro *The Practice of Functional Analytic Psychotherapy* (Kanter, Tsai & Kohlenberg, 2010), que traz uma coletânea de textos que refletem a prática da FAP com grupos diversos e socialmente vulneráveis, como mulheres, minorias sexuais – minorias em termos qualitativos sociais –, adolescentes e pessoas com transtornos mentais graves. No capítulo *FAP and Feminist Therapies: Confronting Power and Privilege in Therapy*, as autoras Terry, Bolling, Ruiz e Brown (2010) propõem um modelo que vai além dos CCRs. Elas incluíram o Sociopolítico 1 e o Sociopolítico 2 (SP1 e SP2) para análise dos casos clínicos, sendo o SP1 comportamentos que ocorrem na sessão que reforçam relações de poder e privilégios e o SP2 como melhoras terapêuticas que reduzem comportamentos de poder e privilégios. Segundo as autoras, os SP2 são comportamentos que podem aumentar o acesso a reforçadores importantes para os indivíduos pertencentes a grupos não-dominantes. Nesse modelo, tanto os SP1 ou SP2 podem ser emitidos pela terapeuta ou pelos consulentes, o que nos lembra que o papel da terapeuta e seu nível de conhecimento e consciência social são decisivos para o tratamento de queixas vinculadas a estruturas de desigualdade e iniquidade de direitos sociais.

É importante citar também o modelo *Addressing* (Hays, 2001), que tem sido utilizado por terapeutas comportamentais contextuais, funcionando como um levantamento das variáveis que constituem a identidade do indivíduo e podem colaborar para análises culturais mais complexas, indicando também posições de privilégio. *Addressing* é um acrônimo em inglês, que busca caracterizar as dimensões de idade, deficiência, desenvolvimento, religião, et-

nia e raça, *status* socioeconômico, orientação sexual, origem indígena, nacionalidade e gênero.

Ressalta-se que as variáveis em relações de poder e privilégio podem mudar conforme o contexto dos indivíduos. Por exemplo, considerando a questão de raça e gênero: uma mulher negra possui menos poder e privilégios do que uma mulher branca, contudo essa mesma mulher branca possui menos privilégios do que um homem branco. Logo, tais relações vão se estabelecer através de aspectos culturais, sociais e históricos específicos de cada localidade ou país.

Desse modo, vemos que o desenvolvimento de uma relação entre a FAP e as teorias feministas e raciais vêm sendo realizadas, embora este seja um movimento ainda incipiente. Recentemente estratégias da FAP e da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) foram utilizadas para reduzir preconceitos raciais em um grupo de estudantes universitários negros e brancos através do *Racial Harmony Workshop* (Williams, Kanter, Peña, Ching & Oshin, 2020), um treinamento desenvolvido para atenuar microagressões raciais, que obteve como resultados o fortalecimento da identidade racial dos estudantes negros e o aumento do afeto positivo entre os participantes.

Esforços tem sido realizados também aqui no Brasil, indicando a preocupação social e técnica de psicólogas comportamentais em construir um modelo de clínica antirracista (Tavares & Kuratani, 2019) e não-patriarcal (Costa, 2019; Fideles & Vandenberghe, 2014), adaptado às necessidades específicas de grupos racializados, de mulheres e de indivíduos que possuem a sua vida e o seu sofrimento associados ao racismo, machismo, violência doméstica, desigualdade social e demais processos que se articulam pelo racismo estrutural e pelo patriarcado.

Como argumenta hooks, as lutas feministas e antirracistas não competem entre si, não são opostas. Para ela “a teoria feminista teria muito a oferecer se mostrasse às mulheres os caminhos pelos quais o racismo e o sexismo se interconectam” (hooks, 1984/2019b, p. 92), de forma a construir uma prática social que seja revolucionária e comprometida politicamente. Na seção seguinte discutimos os conceitos de hooks e como eles podem ser úteis para fortalecer a prática FAP em uma perspectiva antirracista, através da ética amorosa proposta pela autora.

Ética amorosa de bell hooks e FAP: aproximações e possibilidades de interlocação

A feminista e professora afro-americana Gloria Jean Watkins, mais conhecida como bell hooks, é doutora em Literatura pela Universidade da Califórnia, além de professora, intelectual, escritora e crítica sobre cultura. hooks escreve sobre diversas temáticas, sendo uma das grandes referências nas discussões sobre gênero, racismo e classismo. Em uma das suas obras *All about love – new visions*, escrita em 2000 (traduzida apenas em 2020 para a versão brasileira), bell hooks discute sobre o amor e a construção de uma ética amorosa para vivermos em uma sociedade mais saudável. A autora postula que não deveríamos pensar o amor como um sentimento, um substantivo, e sim como uma ação – ação essa que necessita de outros componentes para que possa existir: “Para amar verdadeiramente, devemos aprender a misturar vários ingredientes – carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta” (hooks, 2000/2020, p. 47).

O termo “amor” em nossa sociedade tem sido supervalorizado e também posto de maneira muito controversa na prática cotidiana. Aprendemos por diversos meios que o amor é instantâneo – quase como um passe de mágica ou uma obrigação quando se trata de familiares, por exemplo – e algo inerente ao ser humano. Enquanto seres humanos possuímos um aparato biológico que nos permite aprender a amar e, em geral, a formação de vínculo afetivo é recompensadora para os seres humanos, pois favorece a sobrevivência da espécie (Bartels & Zeki, 2004). Nesse sentido, podemos supor que grande parte das pessoas está inclinada a vincular-se afetivamente a outras pessoas, entretanto nem sempre encontramos um ambiente social que favoreça o aprendizado do que seria o repertório comportamental de amar.

hooks (2000/2020) discute ao longo de toda sua obra o quanto a falta de clareza sobre o que é amar e como amar impedem-nos de manter vínculos genuínos, que nos proporcionem bem-estar. A autora diz que frequentemente as pessoas confundem o repertório de amar com a catexia, que seria o ato

de investir energia mental e emocional em direção a outra pessoa – em suma, dedicar-se a uma relação não significa necessariamente amar a pessoa com quem se relaciona. A partir da perspectiva comportamental, Vandenberghe (2017) caminha nesta direção ao referir que “amor significa providenciar segurança e aceitação, expressar compaixão quando o outro se abre, ouvir o que aquela pessoa realmente precisa e suprir essa necessidade” (p. 214).

hooks considera que relações onde abuso ou negligência estão presentes não estão verdadeiramente sustentadas no amor, uma vez que amor e violência são opostos, não podem coexistir. Tendo em vista que, como abordamos anteriormente, a vivência de pessoas negras é frequentemente atravessada por diversas violências, a autora argumenta que a ética amorosa é uma possibilidade de resistência e cuidado, que pode fortalecer a saúde mental desse grupo: “Nos últimos tempos, tenho dito com frequência que a saúde mental é o campo mais importante na contemporaneidade, uma fronteira revolucionária central para as pessoas negras, porque não é possível resistir efetivamente à dominação quando se está tão perdido” (hooks, 1990/2019d, p. 406).

Em *Writing beyond race: living theory and practice* (2013), ainda sem tradução no Brasil, bell hooks traz o quanto essa narrativa racista promove o ódio à população negra de forma que esse ódio se torna introjetado. Uma vez que a maioria dos espaços reproduz a hegemonia branca, pessoas negras crescem com intensas sensações de inadequação, inferiorização, subvalorização – passando, assim, a sentir um auto-ódio e ao mesmo tempo a agredir outras pessoas negras. Para hooks, portanto, a libertação da dominação branca é possível através da prática do amor, uma vez que é uma prática com grande potencial transformador interno e externo. Essa reflexão de bell hooks corrobora o pressuposto central da FAP, que é a transformação das relações interpessoais do consulente a partir de uma vinculação genuína, recíproca e amorosa com a terapeuta. Para Vandenberghe (2017), uma conexão capaz de ser curativa demanda reciprocidade e dar e oferecer amor, de modo que sentimentos, pensamentos e necessidades possam ser percebidos e validados por ambos os indivíduos. Para o autor, “tal reciprocidade ocorre quando ambos mostram

coragem e amor, trocando as posições de maneira fluida” (p. 214).

A autorrecuperação é um conceito trazido por hooks, que descreve “como as pessoas oprimidas, dominadas ou politicamente vitimadas se recuperam, sobre como as pessoas colonizadas agem para resistir e se livrar da mentalidade do colonizador” (hooks, 1990/2019d, p. 406), dando ênfase a um processo de cuidado de si, que através do amor e da linguagem (desenvolvendo outras narrativas), pode contribuir para uma transformação coletiva. O individual e o coletivo são transformados através da conexão curativa, cuidando de si tanto quanto do outro, em um movimento possível para a dissolução do poder.

Podemos relacionar esse conceito com o próprio processo clínico em psicoterapia, especialmente com o modelo que citamos das autoras Terry, Bolling, Ruiz e Brown (2010), as quais buscam identificar comportamentos que fortalecem ou que bloqueiam relações de poder e privilégios dentro da relação terapeuta-consulente. Na condução em psicoterapia, considera-se que para além de identificar e reforçar comportamentos de melhora no que se refere a possíveis SP2 (sociopolítico 2 – ver na seção anterior), é relevante problematizar tais comportamentos e situações, buscando compreender a história subjacente da pessoa e acessar recursos teóricos que possam endossar uma formulação de caso que seja baseada em aspectos individuais, mas também esteja sensível a variáveis sócio-políticas. Desse modo, entender uma queixa de baixa autoestima de uma consulente negra apenas como produto da história familiar pode não ser suficiente, é necessário considerar também, por exemplo, onde ela estudou, em qual bairro viveu, quantas pessoas negras existem em seu local de trabalho ou sala de aula.

A terapeuta passa a ter papel crucial para o desenvolvimento desse processo, e não pode se eximir de iniciar um letramento racial (Tavares & Kuratani, 2019), caso não tenha conhecimentos que precisem ser mobilizados no atendimento a pessoas negras. Inclusive, acredita-se que uma terapeuta FAP poderá usar da autorrevelação (Miller, Williams, Wetterneck, Kanter & Tsai, 2015), vulnerabilizando-se e assumindo o seu pouco ou nenhum conhecimento sobre racismo estrutural ou relações étnico-raciais. Mas não somente, a terapeu-

peuta deve se implicar no processo de aprendizagem sobre tais relações junto ao consulente.

Importante destacar que a terapeuta pode agravar o sofrimento associado ao racismo, como descrito no estudo de Gouveia e Zanello (2019), no qual foram relatados o silenciamento e apagamento das questões trazidas por mulheres negras em psicoterapia com psicólogas brancas e negras. Invisibilizar as questões raciais por si só é cometer uma microagressão racial. Cometer uma microagressão, por sua vez, impossibilita a existência de uma relação genuinamente amorosa. Esse tipo de comportamento pode ser entendido como um T1 ou SP1, e é primordial que além do letramento racial, a profissional possa estar em contato com a sua rede profissional, compartilhando com colegas e supervisores os seus posicionamentos e intervenções clínicas.

Para Miller et al. (2015), é necessário ter uma competência para atendimento clínico multicultural. Os autores sugerem o modelo ACL como uma possibilidade de reunir técnica e experiência na ampliação de competências interpessoais que são relevantes para o atendimento de pessoas com origens étnicas e raciais não dominantes. As habilidades desenvolvidas pelo modelo ACL podem ser descritas como comportamentos interpessoais que podem aumentar a capacidade de terapeuta e consulente desenvolverem relações de intimidade, através de uma série de habilidades que envolvem consciência de si e do outro, expressão emocional, expressão de opiniões, pensamentos e valores, pedidos que indiquem necessidades, comportamentos de dar amor, aceitação e compreensão (Kanter, 2016).

hooks (1990/2019d) ao falar sobre o comportamento de autovigilância de mulheres negras em seus ambientes profissionais, alerta que “infelizmente, o legado associado a ser a ‘exceção’ prejudica nossa capacidade de nos relacionar umas com as outras” (p. 200), sendo que esta dificuldade pode ser acentuada quando em uma relação entre mulheres brancas e negras, já que dentro da cultura supremacista branca, mulheres brancas sempre exerceram domínio sobre as mulheres negras (hooks, 1984/2019b). Por si só esta pode ser uma contingência que dificulta a construção do vínculo de intimidade entre terapeuta branca e consulente negra, o que tornaria as habilidades do modelo

ACL imprescindíveis para serem desenvolvidas em psicoterapia, independente do gênero da terapeuta.

A raiva (ou a dificuldade de expressá-la), por exemplo, é uma emoção comumente relatada por pessoas negras em psicoterapia, que pode estar atrelada às frequentes violências que sofrem ou pela necessidade de estarem sempre em alerta, buscando se defenderem. Dentro da terapia FAP, podemos manejar essa emoção de forma a garantir que essa seja validada, e ao mesmo tempo fortalecer a relação entre terapeuta e consulente, abrindo possibilidades para que a terapeuta ofereça compreensão e segurança a fim de que a emoção possa ser experienciada no espaço clínico.

A tomada de consciência do momento presente é fundamental para pensar nas intervenções cabíveis nessa situação. É crucial que as intervenções possibilitem que as necessidades da terapeuta e consulente sejam olhadas reciprocamente e respondidas com reações naturais e genuínas, atendendo à regra 3 da FAP – reforçar comportamento de melhoras com um responder natural.

hooks postula que a raiva também deve ser acolhida, e expressa sua posição no trecho abaixo, quando se refere à raiva de mulheres negras contra mulheres brancas:

Talvez tenhamos necessidade de espaços onde parte dessa raiva e hostilidade reprimidas possa ser expressada abertamente, para que possamos identificar suas raízes, compreendê-las e investigar possibilidades de transformar a raiva interiorizada numa energia construtiva e autoafirmativa que possamos usar de modo eficaz para resistir à dominação das mulheres brancas e forjar laços significativos com aliadas brancas. (hooks, 1994/2017, p. 147).

Compreender essa raiva é entrelaçá-la por uma ética amorosa, na qual seja possível construir ações de amor para si e para os outros através da criação de relações significativas, em que pessoas negras possam sentir conforto em afirmarem suas subjetividades, recebendo e ofertando amor. A afirmação dessa subjetividade relaciona-se com o que hooks (2001) nomeia como amor-próprio (*self-love*), que não se refere a uma perspectiva individualista e sim, ao contrário, amor-próprio

envolve uma noção de “Eu” na qual o indivíduo permite-se amar e ser amado, reconhecendo e lutando contra as fontes de abuso e violência, fortalecendo os vínculos comunitários.

A perspectiva de entender essa noção de “Eu”, a partir do reconhecimento das fontes de dominação e colonização sobre as subjetividades negras, e dar abertura para que relações nutridas pelo cuidado, responsabilidade, comprometimento e conhecimento passem a constituir o olhar sobre si e sobre as relações interpessoais, torna legítima a defesa de que conhecer a si é um ato de amor e de justiça e, conseqüentemente, um ato político (hooks, 2000/2020).

Para a FAP, a noção de “Eu” caracteriza-se pelas descrições verbais que uma pessoa faz sobre si mesma e é elaborada inicialmente a partir das suas primeiras interações com os cuidadores e figuras significativas na infância. Observa-se que em um contexto de invalidação das respostas privadas do indivíduo, a noção de *self* pode desenvolver-se de modo não saudável ou patológico. Um indivíduo que está mais sob controle dos outros para definir a si mesmo ou a suas opiniões e escolhas, provavelmente encontrará dificuldades em ter uma vida mais satisfatória e significativa. Amar a si próprio será um caminho necessário, e também árduo para esses indivíduos. Tratando-se de pessoas de raças e etnias não dominantes, definir seu *self* estando mais sob controle privado é um processo difícil, pois é permeado pelas invalidações, microagressões e outros tipos de violência que ocorrem de modo crônico. Assim, essas pessoas podem vir a encontrar em uma psicoterapia FAP alternativas de se expressarem e desenvolverem coragem, compreensão e amor, além da possibilidade de emitirem respostas verbais sobre si que sejam estáveis e correspondentes ao que sentem, pensam e desejam.

Nessa direção, hooks (1990/2019d) afirma que “uma vez que muitas de nós, mulheres negras/não brancas, geralmente superamos obstáculos difíceis para chegar a um ponto em que recebemos reconhecimento, podemos facilmente ter uma falsa sensação de legitimidade” (p. 198), o que ressalta a primazia de que terapeutas que atendam esse público não recuem em oferecer validação e compreensão de modo genuíno, reforçando relatos de si que estejam sob controle privado, com o intuito de

fortalecer o seu senso de si mesmo e favorecer a construção da identidade étnico-racial.

A autora traz a reflexão de que somente a partir de uma conduta direcionada ao bem-estar coletivo, não apenas individual, é possível viver uma vida mais plena e significativa. Seguir uma ética amorosa, segundo hooks, “pressupõe que todos têm o direito de ser livres, de viver bem e plenamente” (2000/2020, p. 123). Viver de forma orientada por uma ética amorosa significa cultivar respeito nas relações com outros seres e agir com honestidade, com comprometimento.

As psicoterapias em grupo, os grupos de apoio como Alcoólicos Anônimos (AA), por exemplo, possibilitam um lugar de acolhimento às pessoas que participam, quando suas vidas são permeadas por agentes punidores. Os encontros se tornam reforçadores quando os participantes descobrem outras pessoas que experimentam problemas semelhantes. Essa comunidade constrói relações curativas na medida em que oferece gestos de aceitação, respeito, conhecimento e reconhecimento das violências sofridas e de quem se é. Para hooks (2000/2020) isso é o amor em ação.

O *Racial Harmony Workshop*, realizado em uma universidade estadunidense, é um bom modelo a ser citado de experiência em grupo. Os autores (Williams et al., 2020) reforçam que uma experiência como essa pode ser uma possibilidade eficaz de aumentar a conexão inter-racial e gerar melhores resultados acadêmicos e qualidade na saúde mental da comunidade.

Entendemos, desse modo, que a FAP possui um arcabouço teórico-prático que permite desenvolver práticas antirracistas através da criação de relações interpessoais embasadas por uma ética amorosa, como conceitualizado por hooks. E, principalmente, que essas práticas e conhecimentos antirracistas não se estabelecem apenas na clínica, mas que se generalizam em outros ambientes. A existência de uma coerência entre quem se é dentro e fora do espaço terapêutico é um dos pontos principais da FAP, pois apenas assim é possível construir uma relação genuína e verdadeira para além da teoria, a partir dos próprios valores colocados em prática no cotidiano. Essa relação entre teoria e prática é trazida também no pensamento de hooks (1994/2017) quando a autora diz “quando nossa experiência vi-

vida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática” (p. 85-86) ou quando a autora refere-se ao tipo de pedagogia que acredita: “não quero que os alunos corram nenhum risco que eu mesma não vou correr, não quero que compartilhem nada que eu mesma não partilharia” (p. 35). Tsai e Kohlenberg (2009/2011), no prefácio do livro, ressaltam brilhantemente que terapia não se trata de seguir regras apenas, mas também de criar uma proximidade entre pessoas que possa ser especial e inesquecível. Para eles, “quando você corre riscos e fala a sua verdade compassivamente, você dá aos seus clientes aquilo que só você pode dar – seus pensamentos, sentimentos e experiências únicas” (p. 8).

A partir dessas conceituações trazidas, é possível verificar semelhanças entre o pensamento de bell hooks e os fundamentos da FAP, pois ambos compreendem o amor não como um sentimento, e sim como um conjunto de comportamentos engajados em uma conexão genuína que envolve cuidado, respeito, honestidade, comprometimento, comunicação e confiança. Realizar uma interlocação desses dois pensamentos no contexto terapêutico e também em contextos ampliados pode, portanto, potencializar ações efetivas contra o racismo e em prol de uma sociedade mais empática, respeitosa e amorosa. Utilizar-se da teoria de hooks para auxiliar o desenvolvimento de habilidades da FAP pode ser fundamental, mas mais que isso, acreditamos que integrar esses conhecimentos pode oferecer a terapeutas e consulentes uma vida embasada por comportamentos de amor que se retroalimentam em relações interpessoais e que solidificam o propósito de construir políticas de amor e justiça.

Considerações Finais

Este artigo buscou apontar as articulações teórico-práticas da FAP com a literatura feminista de bell hooks, defendendo que as teorias do feminismo negro podem ser uma base filosófica e ética que pode orientar as práticas de psicólogas, principalmente na aplicação dos recursos terapêuticos elaborados por pesquisadoras/es da FAP.

O modelo ACL possui diversas similaridades com a ética amorosa proposta por hooks, e a literatura dessa autora pode assessorar o desenvolvimento de habilidades interpessoais de terapeutas FAP. Os conceitos teóricos de hooks podem facilitar a criação de vínculos entre terapeutas e consulentes que já possuem esse repertório literário ou que trazem queixas relacionadas a racismo, privilégios raciais, machismo e misoginia.

Sugerimos que as colaborações da obra de hooks possam adentrar a clínica a partir do uso de textos e livros da autora na sessão terapêutica, como recurso para incitar uma reflexão ou como indicação de leitura para consulentes, correspondendo aos objetivos da biblioterapia – método que utiliza textos literários como dispositivos para o cuidado terapêutico (Caldin, 2001).

Para terapeutas, reafirma-se que a teoria de hooks pode ser um contributo para o desenvolvimento de habilidades terapêuticas fundamentais da FAP, e que seja uma aprendizagem intencionada para uma ética amorosa e com propósito antirracista. A teoria de hooks é potente para endossar um projeto político comprometido com a afirmação de subjetividades negras e poderá motivar terapeutas FAP a construírem esse projeto dentro da clínica comportamental. Contudo, ter conhecimento e pôr em prática todos os fundamentos da FAP não é suficiente no atendimento às pessoas negras: é preciso ter consciência das opressões raciais e praticar cotidianamente ações antirracistas – dentro e fora da clínica.

Outro aspecto favorável para o uso de hooks na clínica é que a autora possui a intenção de tornar sua obra a mais acessível possível, utilizando um estilo de redação que distancia-se da linguagem acadêmica convencional, com o intuito de alcançar leitores que estão fora desse ambiente (hooks, 1994/2017).

Há alguns anos atrás, o texto traduzido de hooks “Vivendo de amor”, divulgado no site Portal Geledés (2010), teve uma grande repercussão na internet e vez ou outra aparece no relato de mulheres negras em psicoterapia com a primeira autora deste artigo, no qual as consulentes narram suas histórias e experiências de desamor, referenciando o texto como uma possibilidade de reflexão e revisão da sua história de vida. O texto provocava

uma sensação de apoio e compreensão a essas mulheres, alcançando aquilo que hooks defende. Para ela, uma teoria pode ser um local de cura. É a possibilidade de nomear ou reconhecer a dor e a experiência humana. Na obra *Ensinando a transgredir* (1994/2017), ela ressalta o quão grata é às pessoas que “ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas” (hooks, 1994/2017, p. 103).

O que é descrito por hooks nesse ponto nos direciona para o entendimento de que a FAP é uma terapia transformadora, que se projeta para além dos espaços clínicos, reivindicando uma mudança intensa e curativa nas relações interpessoais, nas quais o amor – tal como bem descrito por hooks – possa ser incorporado como ação política. Quando esse passar a ser visto como um conjunto de ações que proporcionam a autorrecuperação e o cuidado, podemos imaginar uma sociedade na qual existam recursos disponíveis para enfrentar os abusos, violências e demais coerções sociais que pessoas negras e grupos vulneráveis vivem cotidianamente.

Acreditamos que profissionais de psicologia e psicoterapeutas estão em posição privilegiada para iniciar o exercício dessa ética amorosa em seus consultórios, instituições e em suas comunidades.

A literatura de hooks possui também um forte potencial para a escuta e o planejamento de ações pedagógicas e intervenções terapêuticas para mulheres, crianças e idosos em situação de violência ou em relacionamentos abusivos (de parceiros ou familiares), já que a autora discute amplamente o tema do amor e das relações amorosas, incompatibilizando o amor com comportamentos de abuso e violência. hooks reforça que o que conhecemos como amor está frequentemente entrelaçado à violência em nossa sociedade (o que nos impele a combater essa ideia), defendendo então uma noção de amor como uma ação, que nos direciona para a libertação, a autorrecuperação e o amor-próprio (hooks, 2000/2020). Nesse mesmo sentido, a obra de hooks possui um impacto na área da educação, já sendo utilizada em cursos de formação de professores no Brasil. Inspirada na obra de Paulo Freire, ainda que ao mesmo tempo crítica de algumas de suas produções, hooks preconiza uma educação an-

tirracista, baseada na criação de uma comunidade pedagógica engajada na ética amorosa, facilitando processos para o exercício da liberdade e o fim da dominação (hooks, 1994/2017).

Em último argumento, reafirmamos que este artigo é um ensaio que busca discutir uma proposta teórico-prática para a clínica comportamental, contudo, é relevante que tal proposta possa ser avaliada de acordo com as especificidades do atendimento, a formulação do caso e o estilo pessoal da terapeuta. Além disso, faz-se necessário que as discussões aqui trazidas possam ser objetos de estudos futuros, que verifiquem os resultados do uso dessa literatura para o desenvolvimento de habilidades terapêuticas e para as intervenções clínicas em queixas vinculadas ao racismo e demais processos étnico-raciais. Esperamos que este trabalho possa suscitar curiosidade e abertura com a temática e que experiências desse tipo possam ser analisadas e compartilhadas no ambiente da Análise do Comportamento e da Psicologia Clínica.

Referências

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade? Letramento: Justificando*.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Amâncio, L. (2001). O gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, 15(1), 9-26. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v15n1/v15n1a01.pdf>
- Bartels, A., & Zeki, S. (2004). The neural correlates of maternal and romantic love. *NeuroImage*, 21(3), 1155-1166. <https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2003.11.003>
- Baruch, D. E., Kanter, J. W., Busch, A. M., Plummer, M. D., Tsai, M., Rusch, L. C., Landes, S. J., & Holman, G. I. (2011). Linhas e evidências que dão suporte à FAP. Em Tsai, M., Kohlenberg, R. J., Kanter, J. W., Kohlenberg, B., Follete, W. C., & Callaghan, G. M. (Eds.), *Um guia para a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP): Consciência, Coragem, Amor e Behaviorismo*, (Conte, F. C. S. & Brandão, M. Z. S. Orgs. da tradução.) (pp.43-60). ESETec. (Obra original publicada em 2009).

- Bernardo, N. (2020). Após trauma na terapia, negros buscam psicólogos da mesma cor. *Uol, Caderno Viva Bem, Equilíbrio* (Publicado em 09 de outubro 2020). <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/10/09/apos-trauma-na-terapia-negros-buscam-psicologos-da-mesma-cor.htm>
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Brown, B. (2016). *A coragem de ser imperfeito*. (Joel Macedo trad.). Sextante. (Obra original publicada em 2012).
- Caldin, C. F. (2001). A leitura como função terapêutica: biblioterapia. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação*, 6(12), 32-44. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2001v6n12p32>
- Cole, E. (2009). Intersectionality and research in psychology. *American Psychological Association*, 64(3), 170–180. https://sites.lsa.umich.edu/ecole/wp-content/uploads/sites/328/2015/10/cole_am_psych_intersectionality.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Costa, A. L. (2019). Contribuições do feminismo para a compreensão e intervenção em casos de relacionamento abusivo. Em Pinheiro, R. & Mizael, T. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 244 - 261). Imagine Publicações.
- Faro, A., & Pereira, M. E. (2011). Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia*, 16(3), 271-2178. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/tNVbv6Bxm9qrXSZdf4SMWxt/?lang=pt&format=pdf>.
- Ferro-García, R., & Valero-Aguayo, L. (2017). Hipótesis transdiagnóstica desde la Psicoterapia Analítica Funcional: La formación del Yo y sus problemas. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(3), 145-165. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1060>
- Fideles, M. N. D., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18–29. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000300002
- Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, 24, 2-15. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244. Recuperado em 08 de junho de 2021, de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
- Graham, J. R., West, L., & Roemer, L. (2015). A preliminary exploration of the moderating role of valued living in the relationships bet. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 4, 48-55. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcbs.2014.11.001>
- Guilhardi, H. J. (2002). Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. Em Brandão, M. Z. S., Conte, F. C. S. & Mezzaroba, S. M. B. (Orgs.), *Comportamento Humano: Tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor*. ESEtec.
- Guilhardi, H. J. (2017). Interações amorosas sob uma perspectiva comportamental. *Instituto de Terapia por contingências de reforçamento*, Campinas, SP. Recuperado em 11 de junho 2021, de <https://itrcampinas.com.br/txt/interacoesamorosas.pdf>.
- Holman, G., Kanter, J., Tsai, M., & Kohlenberg, R. (2017). *Functional Analytic Psychotherapy made simple: A practical guide to therapeutic relationships*. New Harbinger Publications.
- Hartmann, A. V.-B., Oshiro, C. K. B., & Vartanian, J. F. (2018). Psicoterapia analítica funcional (FAP): mudança clínica evocada e modelada pela vivência terapêutica. Em Antúnez, A. E. A. & Safra, G. (Eds.), *Psicologia clínica da graduação à pós-graduação*, (pp. 87-94). Atheneu.
- Hays, P. A. (2001). *Addressing cultural complexities in practice: A framework for clinicians and counselors*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10411-000>
- hooks, b. (2019a). à Gloria, seja ela quem for: sobre usar um pseudônimo. Em *Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra*. (Cátia

- Bocaiuva Maringolo trad.). (pp. 324-336) Elefante. (Obra original publicada em 1989).
- hooks, b. (2019d). *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. (Jamilie Pinheiro, trad.). Elefante. (Obra original publicada em 1990).
- hooks, b. (2019c). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. (Cátia Bocaiuva Maringolo trad.). Elefante. (Obra original publicada em 1989).
- hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. (Marcelo B. Cipolla, trad.) (2a ed). Editora WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1994).
- hooks, b. (2001). *Salvation: black people and love*. Harper Collins Publishers.
- hooks, b. (2019b). *Teoria feminista: da margem ao centro*. (Rainer Patriota, trad.). Perspectiva. (Obra original publicada em 1984).
- hooks, b. (2020). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. (Stephanie Borges, trad.). Elefante. (Obra original publicada em 2000).
- hooks, b. (2013). *Writing beyond race: living theory and practice*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Kanter, J. K. (2016, June 14-19). *Conceptualization of Awareness, Courage and Love as Clinical Targets in Functional Analytic Psychotherapy*. Association for Contextual Behavioral Science Annual World Conference. Seattle, WA. <https://slideplayer.com/slide/12895701/>
- Kanter, J. W., Holman, G., & Wilson, K. G. (2014). Where is the love? Contextual behavioral science and behavior analysis. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 3, 69-73. <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2014.02.001>
- Kanter, J. W., Tsai, M., & Kohlenberg, R. J. (Eds.). (2010). *The practice of functional analytic psychotherapy*. Springer.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias de plantação. Episódios de racismo cotidiano*. (Jess Oliveira trad.). Cobogó.
- Kohlenberg, R. J., Kohlenberg, B. & Tsai, M. (2011). Intimidade. Em Tsai et al. (Eds.), *Um guia para a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP): Consciência, Coragem, Amor e Behaviorismo* (Conte, F. C. S. & Brandão, M. Z. S. Orgs. da tradução.), (pp. 171 -186). ESETEc. (Obra original publicada em 2009).
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia Analítica Funcional: criando relações terapêuticas intensas e curativas*. (Conte, F., Delliti, M., Brandão, M. Z., Derdyk, P. R, Kerbauy, R. R., Wielenska, R. C., Banaco, R. A. & Starling, R., trads.). ESETEc. (Obra original publicada em 1991).
- Lhullier, L. A. (Org). (2013). Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho. Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf
- Martins, T. F., Lima, T. J. S., & Santos, W. S. (2018). O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7). <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>
- Mello, R. C. A., & Moll, J. (2020). Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil. *Perspectiva*, 38(2), 1-21. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65196>
- Miller, A., Williams, M. T., Wetterneck, C. T., Kanter, J., & Tsai, M. (2015). Using functional analytic psychotherapy to improve awareness and connection in racially diverse client-therapist dyads. *The Behavior Therapist*, 38(6), 150-156.
- Mizael, T. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. Em Pinheiro, R., & Mizael, T. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 40 - 62). Imagine Publicações.
- Mizael, T. M., & Sampaio, A. A. S. (2019). Racismo institucional: aspectos comportamentais culturais da abordagem policial. *Acta Comportamental*, 27, 215-23. <https://www.redalyc.org/journal/2745/274561104006/html/>
- Moriyama, J. S. (2012). Revelações do terapeuta como estratégia de intervenção: descrição de um caso clínico. Em S. R. Souza, & V. B. Haydu (Orgs.), *Psicologia comportamental aplicada: Avaliação e intervenção nas áreas da saúde, da clínica, da educação e do esporte* (2a ed., pp.143-157). Universidade Estadual de Londrina.
- Muñoz-Martínez, A., & Follette, W. C. (2020). Quando o amor não é suficiente: o caso de amor terapêutico como um termo de nível intermediário na psicoterapia analítica fun-

- cional (Moura, P. R., & De-Farias, A. K. C. R., trads.). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. (Obra originalmente publicada em 2019). <https://10.31505/rbtcc.v21i3.1417>
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise do comportamental da desigualdade de gênero. Em Pinheiro, R. & Mizael, T. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 64 - 83). Imagine Publicações.
- Nicolodi, L. G. (2020). *Considerações sobre o patriarcado na perspectiva analítico comportamental* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo). <https://doi.org/10.11606/D.47.2020.tde-17062020-173252>
- Pacheco, A. C. L. (2008). “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas). <https://cdn.revistaforum.com.br/wpcontent/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>
- Peterson, Z. D. (2002). More than a mirror: the ethics of therapist self-disclosure. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 39, 21-31. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.39.1.21>
- Piedade, V. (2017). *Dororidade*. Editora Nós.
- Pieterse, A. L., Neville, H. A., Todd, N. R., & Carter, R. T. Perceived Racism and Mental Health Among Black American Adults: A Meta-Analytic Review. *Journal of Counseling Psychology*, 59(1), 1-9. <https://doi.org/10.1037/a0026208>
- Portal Geledés. Mulher Negra. (2010). *Vivendo de amor*. (Publicado em 09 de março 2010). <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.
- Sadi, H. M. (2011). *Análise dos comportamentos de terapeuta e cliente em um caso de Transtorno de Personalidade Borderline*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-04112011-115705/pt-br.php>
- Sidman, M. (2009). *Coerção e suas implicações*. (Maria Amália Andery & Tereza Maria Sério, trads.) Editora Livro Pleno. (Obra original publicada em 1989).
- Silva, V. R. C., & Nascimento, W. F. (2019). Políticas do amor e sociedades do amanhã. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, 10, 168-182. <https://doi.org/10.5902/2179378639954>
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em 1953).
- Skinner, B. F. (1987). *Walden II: uma sociedade do futuro*. E.P.U.
- Souza, A. C. A., & Vandenberghe, L. (2005). A emergência do transtorno de personalidade borderline: uma visão comportamental. *Interação em Psicologia*, 9(2), 381-390. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v9i2.4778>
- Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se tornaram negras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>.
- Terry, C., Bolling, M. Y., Ruiz, M. R., & Brown, K. (2010). FAP and feminist therapies: confronting power and privilege in therapy. Em Kanter, J. W., Tsai, M., & Kohlenberg, R. J. (Eds.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 97-122). Springer.
- Tsai, M., Kohlenberg, R. J., Bolling, M. Y., & Terry, C. (2011). Valores na terapia e Green FAP. Em Tsai et al. *Um guia para a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP): Consciência, Coragem, Amor e Behaviorismo*, (Conte, F. C. S. & Brandão, M. Z. S. Orgs. da tradução.) (pp.249-265). ESETEc. (Obra original publicada em 2009).
- Tsai, M., & Kohlenberg, R. J. (2011). Prefácio. Em Tsai et al. *Um guia para a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP): Consciência, Coragem, Amor e Behaviorismo*, (Conte, F. C. S. & Brandão, M. Z. S. Orgs. da tradução.) ESETEc.
- Vandenberghe, L. (2017). Três faces da Psicoterapia Analítica Funcional: Uma ponte entre análise do comportamento e terceira onda. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(3), 206-219. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1063>
- Vandenberghe, L., & Pereira, M. B. (2005). O papel da intimidade na relação terapêutica: uma revisão teórica à luz da análise clínica do comportamento. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 127-136. <http://pepsic.bvsalud.org>

org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000100010

Williams, M. T., Kanter, J. W., & Ching, T. H. W. (2017). Anxiety, Stress, and Trauma Symptoms in African Americans: Negative Affectivity does not explain the Relationship between microaggressions and psychopathology. *J. Racial and Ethnic Health Disparities*, 5, 919-927. <https://doi.org/10.1007/s40615-017-0440-3>

Williams, M. T., Kanter, J. W., Peña, A., Ching, T. H. W., & Oshin, L. (2020). Reducing microaggressions and promoting interracial connection: The racial harmony workshop. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 16, 153-161. <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2020.04.008>

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 28/06/2021

Aceito em: 29/07/2021

Editora Associada: Táhcita M. Mizael